

PORTARIA Nº 1.870 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2025.

Altera a outorga de Deyvit Jones Sonogo, o direito de uso dos Recursos Hídricos para captação no córrego sem denominação, afluente do Rio Marape

A Secretária Adjunta de Licenciamento Ambiental e Recursos Hídricos da Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA-MT), no uso das atribuições legais que lhe confere o Parágrafo único do Art. 118, do Decreto Nº 1.599, de 06 de agosto de 2025, e

Considerando os Termos da Lei Estadual nº 11.088 de 09 de março de 2020, que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos;

Considerando o Decreto nº 620, de 15 de dezembro de 2023, que dispõe sobre as infrações das normas de utilização dos recursos hídricos e suas sanções administrativas.

Considerando o Decreto nº 336, de 06 de junho de 2007, que regulamenta o regime de outorga de águas no Estado de Mato Grosso;

Considerando a Resolução nº 119 de 07 novembro de 2019, que estabelece critérios para emissão de outorga superficial de rios de domínio do Estado de Mato Grosso;

Considerando a Instrução Normativa nº 09, de 14 de dezembro de 2021, que dispõe sobre os procedimentos a serem adotados para os processos de outorga de uso de Recursos Hídricos de água de domínio do Estado de Mato Grosso;

Considerando o Parecer Técnico Nº 4470/2025, de 08 de setembro de 2025, do processo SIGA Nº 43/2025.

RESOLVE:

Art. 1º Alterar a outorga de direito de uso de recursos hídricos concedida pela Portaria SEMA nº 683 de 13/07/2023, publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso na edição nº 28.542 de 17/07/2023 (Processo SIGA 457/2023), a qual outorgou à **Deyvit Jones Sonogo**, CPF: 050.976.451-70, doravante denominado Outorgado, o direito de uso dos recursos hídricos para captação superficial de água no córrego sem denominação afluente do Rio Marape, com a finalidade de irrigação de 90,02 ha, pelo sistema de aspersão móvel com equipamento de pivô central, visando atender as culturas de soja, milho e feijão, na Fazenda Bragança I, com nº do CAR MT43880/2017, zona rural do Município de Nova Mutum/MT, Bacia Hidrográfica Amazônica, na Unidade de Planejamento e Gerenciamento-UPG: A-12– Arinos, com as seguintes características:

I – Captação no Córrego sem denominação, afluente do Rio Marape, nas coordenadas geográficas: 13°25'40.95"S 56°09'13.74"W; e vazão máxima de captação de 243,04 m³/h (0,0675 m³/s ou 67,51 L/s), variando as horas e os

dias, mensalmente, conforme consta na tabela 01 do anexo. A captação atende 01 (um) equipamento de irrigação (pivô central 14), com área irrigada de 90,02 ha;

II - O Outorgado deverá manter em funcionamento, no sistema de captação, equipamento de medição para monitoramento contínuo das vazões captadas. O equipamento deverá estar instalado para a operação do sistema de irrigação;

III - O Outorgado deverá encaminhar anualmente a Coordenadoria de Controle de Recursos Hídricos da SEMA/MT o relatório das medições mensais das vazões captadas.

IV - O ano para efeito de envio de relatórios será contado a partir da data de publicação desta Portaria.

V - Indeferir a captação superficial 01 solicitada no Rio Marape nas coordenadas geográficas: 13°23'58.84"S 56°08'24.04"W, com a vazão de 316,04 m³/h (0,08779 m³/s ou 87,79 L/s), devido ao ponto de captação estar em duplicidade com o processo 2710/2023, do mesmo interessado.

VI – Considerando a situação de comprometimento da disponibilidade hídrica por ultrapassar no cômputo das vazões, o limite máximo individual de 20% da Q₉₅ para esta bacia e os usos múltiplos da água, somos pelo indeferimento da outorga da captação superficial 03 no córrego sem denominação afluente do Rio Marape nas coordenadas geográficas (bombeamento mestre): 13°25'40.95"S 56°09'13.74"W; e com vazão máxima de captação de 165,6 m³/h (0,04600 m³/s ou 46,0 L/s).

Art. 2º A outorga, objeto desta Portaria, vigorará até **08 de setembro de 2030**, podendo ser suspensa parcial ou totalmente, em definitivo ou por prazo determinado, além de outras situações previstas na legislação pertinente, nos seguintes casos:

I - Descumprimento das condições estabelecidas no art. 1º desta Portaria;

II - Conflito com normas posteriores sobre prioridade de usos de recursos hídricos;

III - Incidência no art. 18 e incisos I e II do art. 12 do Decreto nº 336, de 06/06/2007;

IV - Indeferimento ou cassação de licença ambiental.

Parágrafo único. Para minimizar os efeitos de secas, o uso outorgado poderá ser racionado, conforme previsto no art. 20 e seus parágrafos, do Decreto nº 336, de 06 de junho de 2007.

Art. 3º Esta outorga poderá ser revista, além de outras situações previstas na legislação pertinente:

I - Quando os estudos de planejamento regional de utilização dos recursos hídricos indicarem a necessidade de revisão das outorgas emitidas;

II - Quando for necessária a adequação dos planos de recursos hídricos e a execução de ações para garantir a prioridade de uso dos Recursos Hídricos.

Art. 4º O outorgado responderá civil, penal e administrativamente, por danos causados à vida, à saúde, ao meio ambiente e pelo uso inadequado que vier a fazer de presente outorga.

Art. 5º Esta Portaria não dispensa nem substitui a obtenção, pela outorgada, de certidões, alvarás ou licenças de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal.

Art. 6º Esta outorga poderá ser renovada mediante apresentação de requerimento à SEMA/MT, dentro do prazo de validade da outorga vigente.

Art. 7º O uso dos recursos hídricos, objeto desta outorga, poderá estar sujeito à cobrança, nos termos da Lei Estadual nº 11.088, de 09 de março de 2020.

Art. 8º O outorgado se sujeita a fiscalização da SEMA/MT, por intermédio de seus agentes ou prepostos indicados, devendo franquear-lhes o acesso ao empreendimento e à documentação relativa à outorga emitida por meio desta Portaria.

Art. 9º Esta outorga não autoriza a instalação do empreendimento ou mesmo as obras necessárias para realizar as captações, sendo estes passíveis de licenciamento ambiental.

Art. 10. Fica revogada a Portaria SEMA nº 683 de 13/07/2023, publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso na edição nº 28.542 de 17/07/2023.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cuiabá/MT, 12 de dezembro de 2025.

REGISTRADA,

PUBLICADA,

CUMPRE-SE...

LILIAN FERREIRA DOS SANTOS

Secretária Adjunta de Licenciamento Ambiental e Recursos Hídricos

GSALARH/SEMA-MT

ANEXO

Tabela 01 – Córrego sem denominação, afluente do Rio Marape

Coordenadas Geográficas da captação: 13°25'40.95"S 56°09'13.74"W DATUM: SIRGAS2000

MÊS	Vazão (m³/s)	Tempo (h/dia)	Período (dias/mês)	MÊS	Vazão (m³/s)	Tempo (h/dia)	Período (dias/mês)
Janeiro	0,067512	21	15	Julho	0,067512	20	29
Fevereiro	0,067512	21	15	Agosto	0,067512	20	30
Março	0,067512	21	15	Setembro	0,067512	11	29
Abril	0,067512	21	15	Outubro	0,067512	21	15
Maio	0,067512	12	31	Novembro	0,067512	21	15
Junho	0,067512	18	27	Dezembro	0,067512	21	15

Documento assinado eletronicamente por **Lilian Ferreira dos Santos**, em 12/12/2025 as 16:26:53.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portal.sema.mt.gov.br/#/verificar-documento> informando o código verificador **TJFWI28A9** e o código CRC **4B1DD298**.